

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovada a Urgência.

Item 36 - Discussão e votação do Requerimento de Urgência para o Projeto de lei nº 532, de 2023, de autoria do deputado Rômulo Fernandes.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovada a Urgência.

Item 37 - Discussão e votação do Requerimento de Urgência para o Projeto de lei nº 548, de 2023, de autoria da deputada Carla Morando.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovada a Urgência.

Item 38 - Discussão e votação do Requerimento de Urgência para o Projeto de lei nº 550, de 2023, de autoria do deputado Bruno Zambelli.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovada a Urgência.

Item 39 - Discussão e votação do Requerimento de Urgência para o Projeto de lei nº 551, de 2023, de autoria da deputada Solange Freitas.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovada a Urgência do referido projeto.

Item 40 - Discussão e votação do Requerimento de Urgência para o Projeto de lei nº 555, de 2023, de autoria do deputado Lucas Bove.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovada a Urgência.

Item 41 - Discussão e votação do Requerimento de Urgência para o Projeto de lei nº 556, de 2023, de autoria do deputado Rui Alves.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovada a Urgência.

Item 42 - Discussão e votação do Requerimento de Urgência para o Projeto de lei nº 578, de 2023, de autoria da deputada Fabiana Barroso.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovada a Urgência.

Item 43 - Discussão e votação do Requerimento de Urgência para o Projeto de lei nº 584, de 2023, de autoria da deputada Ediane Maria.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovada a Urgência.

Item 44 - Discussão e votação do Requerimento de Urgência para o Projeto de lei nº 637, de 2023, de autoria do deputado Paulo Fiorillo e da deputada Monica Seixas.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovada a Urgência.

Item 45 - Discussão e votação do Requerimento de Urgência para o Projeto de lei nº 673, de 2023, de autoria do deputado Leonardo Siqueira.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovada a Urgência.

Item 46 - Discussão e votação do Requerimento de Urgência para o Projeto de lei nº 740, de 2023, de autoria da deputada Ana Carolina Serra.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovada a Urgência.

Finalizando a votação de todos os Requerimentos de Urgência desses 46 projetos, esgotada a presente sessão, damos por levantada neste momento.

Boa noite a todos.

- Encerra-se a sessão às 18 horas e 53 minutos.
* * *

22 DE JUNHO DE 2023 65ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI, PAULA DA BANCADA FEMINISTA e REIS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA

Assume a Presidência.

5 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - EDUARDO SUPLYCY

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - SIMÃO PEDRO

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - REIS

Assume a Presidência.

9 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

11 - EDUARDO SUPLYCY

Por inscrição, faz pronunciamento.

12 - SIMÃO PEDRO

Por inscrição, faz pronunciamento.

13 - SIMÃO PEDRO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

14 - PRESIDENTE REIS

Defere o pedido. Saúde o Sindicato dos Policiais Cíveis de Santos e Região, pelo aniversário de 34 anos de existência. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 23/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início a lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, primeiro orador, com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa, hoje recebemos aqui no Diário Oficial o Projeto de lei Complementar 102, de 2023, que dispõe sobre os vencimentos, salários e subsídios dos servidores que especifica e dá providências correlatas.

Quando nós debatemos aqui o projeto de lei da Segurança Pública do estado de São Paulo, dos servidores da Polícia Militar, da Polícia Civil, fizemos aqui os questionamentos de que faltavam os projetos de lei da Polícia Penal, da Fundação Casa, e o governador ficou de encaminhar os projetos para os demais servidores públicos do estado de São Paulo.

O compromisso era ter um projeto tramitando aqui na Assembleia Legislativa até o mês de julho. E nós questionamos que, entre os problemas apresentados no projeto de Segurança Pública, primeiro foi a falta de diálogo em relação à bancada de servidores da Segurança Pública no estado de São Paulo, tanto as associações da Polícia Civil e da Polícia Militar, como em relação aos deputados da Segurança Pública e também aos líderes de bancada aqui no partido.

Só que dá a impressão, nobre deputado Reis, que o debate, que o argumento que se faz aqui na Assembleia Legislativa não chega aos ouvidos do governador. Nós dissemos que era importante para os projetos de lei dos servidores públicos do estado de São Paulo, da Saúde, da Educação, das autarquias, ter um diálogo entre as associações, os líderes das bancadas na Assembleia Legislativa e os deputados que dialogam com esses segmentos.

E na hora em que chega o projeto, no dia de hoje, quando a gente toma ciência aqui do projeto, primeiro a gente percebe que o percentual apresentado não repõe sequer a inflação do período e também sequer as perdas salariais dos últimos períodos.

Essa falta de diálogo e essa falta de transparência do governo Tarcísio aqui no estado de São Paulo vai se caracterizando e consolidando qual deve ser a prática desse governo nos próximos três anos e meio do seu mandato.

E mais uma vez a gente vem aqui a público questionar a falta de diálogo, a falta de transparência, mas, mais do que isso, a falta de valorização do serviço e do servidor público no estado de São Paulo.

Esta semana nós tivemos aqui na Assembleia Legislativa, pelo menos nesses dois últimos dias, terça e quarta, tanto o secretário de Saúde como o secretário de Educação. E tanto na Saúde como na Educação foi questionado aos dois secretários sobre a proposta salarial para os servidores.

O que foi dito, nobre deputado Reis, é que estava sendo debatido, ia ser construído, iam vir as partes, iam vir o sindicato e as representações.

Hoje aparece um projeto de lei que não contempla os anseios ou as necessidades apresentadas pelos servidores ao longo desses últimos anos. As pautas já estão colocadas, a pauta da Saúde já se encontrava na mão da Secretaria de Saúde antes do mês de fevereiro, porque a data base é primeiro de março.

Então, nós estamos falando do começo desse ano - inclusive de antes da nossa Legislação, que começou no dia 15 de março -, a pauta já estava na mão da Secretaria de Saúde do estado de São Paulo. Não é diferente em relação à Educação e às demais áreas do estado de São Paulo.

Outros projetos, inclusive do Judiciário, que estavam sendo debatidos, que era necessário encaminhar para a Assembleia Legislativa, a gente também não vê pelo menos encaminhados com uma urgência, tanto em relação ao TJ quanto em relação à Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Não se apresentou ainda a urgência para esses dois projetos importantes, que têm que ser debatidos para os servidores do TJ e para os servidores da Defensoria Pública, e o governador manda um projeto sem pé nem cabeça para a Assembleia Legislativa, para ser debatido e inclusive para ser pago a partir do mês julho

Nós estamos chegando praticamente no... Semana que vem, em tese, é a última semana antes do recesso - ou deveria ser, pelo menos -, mas, com esse projeto de lei ora apresentado, estamos percebendo que, durante o mês de julho inteiro, a bancada ligada ao governo Tarcísio vai ter que ficar com a gente aqui porque, do jeito que mandaram esse projeto para cá, não vai ter recesso no mês de julho desse ano - porque a bancada, os deputados ligados ao governo Tarcísio vão ter que ficar aqui, junto com a gente, debatendo os projetos que chegaram no dia de ontem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência à lista de oradores inscritos, com a palavra o deputado Reis, que fará o uso regimental da tribuna.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Quero cumprimentar o público presente; cumprimentar o presidente Carlos Giannazi, o deputado Marcolino; cumprimentar os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Técnico-Científica e da Polícia Penal.

Presidente, deputado Suplicy, deputada Paula, essa semana nós inauguramos a Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Civil. Vossa Excelência passou por lá, fez uma fala muito significativa, importante para essa categoria, e nós aprovamos o aumento dos policiais civis, dos policiais militares, dos policiais técnico-científicos.

Houve, assim, uma diferenciação salarial: alguns integrantes da cúpula da Polícia Militar ganharam um pouco mais do que os da Polícia Civil; uns que ganhavam pouco, aumentou um pouquinho mais, mas a Polícia Penal ficou de fora, presidente Carlos Giannazi, e o tempo todo, cada dia o governo vem falando uma história para eles, cada dia ele conta uma história.

Então, ele falou, inicialmente, que não tinha dado o aumento nas mesmas condições dos integrantes da Secretaria de Segurança Pública, porque precisa ser ou ele teria que mandar ainda para esta Casa a Lei Orgânica da Polícia Penal, a regulamentação da Polícia Penal.

É fato que se aprovou uma emenda lá em Brasília, depois aprovou aqui, nesta Casa de Leis, instituindo a Polícia Penal, mas no primeiro momento ele cantou essa música para os policiais penais, e olha que, dos policiais penais, a maioria fez a campanha do Tarcísio.

Eles são tarcísistas, na campanha estavam fechados com o Tarcísio, assim como a Polícia Militar e a Polícia Civil. Eu ia fazer a campanha lá e era colocado para fora, a delegada Dra. Ivalda, que era titular lá de uma delegacia no prédio da polícia, da Delegacia Geral.

Eu passei lá para falar com os colegas e ela não deixou nem que eu pudesse entrar. Ela me colocou para fora. Hoje, ela é a diretora do DHPP. Ela me colocou para fora.

Nunca vou esquecer disso. Os lugares em que fui conversar com meus colegas e fui colocado para fora. Por quê? Porque eles são "tarcísistas". Eles estão fechados com o privatizador. E o privatizador começou a falar isso para eles, e foi acalmando, acalmando os integrantes da Polícia Penal.

Agora, ele manda esse projeto para esta Casa, o 102, estabelecendo seis por cento para todos os demais funcionários

públicos. São 684 mil funcionários públicos que estão dentro desse guarda-chuva dos seis por cento.

Ele, aqui nesta Casa, no dia em que veio trazer a mensagem para os policiais civis, militares e técnico-científicos, ele falou: "Todos terão aumento acima da inflação. Todos os servidores terão aumento acima da inflação". Quando ele falou dessa forma, muitos: "Poxa, vamos ter 10 ou 15% de aumento, o governador está falando que vamos ter aumento acima da inflação".

* * *

- Assume a Presidência a Sra. Paula da Bancada Feminista.

* * *

Então, ele está trazendo, deputada Paula, que assume a Presidência no lugar do deputado Carlos Giannazi... Então, todos estão esperando esse aumento. Quando ele fala que é acima da inflação, dá a impressão de que vai ser uma dinheirama, mas ele está mandando esse projeto de seis por cento. Muitos estão reclamando.

Hoje, recebi várias reclamações, inclusive do vale-refeição deles, que é em torno de 12 reais. Já pensou? Doze reais? O que você compra com 12 reais? Então, ele está dando um passa-moleque na Polícia Penal. Isso se chama passa-moleque.

Primeiro ele disse que iria mandar o projeto, depois inventou o subsídio: "Não, vocês vão receber por subsídio, porque a Constituição Federal estabeleceu que polícia tem que receber por subsídio. Como estamos criando uma nova polícia, essa terá que receber por subsídio".

Agora, no texto da lei, no projeto que ele está mandando, no projeto de lei complementar, ele incluiu aqui os profissionais, os funcionários que vão receber esse aumento: agente de escolta e vigilância penitenciária e agente de segurança penitenciária.

Então, a Polícia Penal, que estava esperando um aumento próximo ao dos integrantes da Secretaria de Segurança Pública, que depois ficou esperando o subsídio, vai ter um reajuste de seis por cento. Isso é um passa-moleque, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Muito obrigada, deputado Reis. Seguindo a lista de oradores inscritos, deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, deputada Paula da Bancada Feminista, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, foi publicado agora um projeto de lei complementar, o PLC 102, que trata da questão do reajuste dos salários, vencimentos e subsídios dos servidores públicos do estado de São Paulo, de uma parte dos servidores.

Nada mais previsível do que isso, do que o governador Tarcísio continuar mantendo salários arroxados e defasados de todos os servidores do nosso Estado. Nada mais previsível.

Primeiro, ele oferece apenas seis por cento, que não repõe minimamente a inflação do período. Quería destacar isso, lembrando que os servidores estão há muitos anos sem reajuste. Sempre foram vítimas das políticas de ódio do PSDB aqui em São Paulo e tiveram seus vencimentos sempre desvalorizados ao longo desses quase 30 anos do "Tucanistão" aqui no estado de São Paulo. Esse é um dado importante.

Então, esse reajuste apresentado está longe, está muito distante, está muito aquém de representar algum tipo de avanço para os servidores. Além disso, é um projeto que traz muitas contradições.

Por exemplo: ele não reajusta o vale-refeição dos servidores. Reajusta apenas para um setor, que é a Polícia Militar. Os outros segmentos ficam todos de fora do famoso vale-coxinha.

O valor é tão baixo do vale refeição da rede estadual de ensino e de outros segmentos do funcionalismo, da Polícia Penal, por exemplo, que esse valor de R\$ 12,00 é o valor do vale refeição e não são todos que têm acesso.

Dependendo do salário, esse vale refeição não é ofertado. Então não há reajuste para esses servidores da Educação, da Polícia Penal, da Secretaria da Saúde, de várias outras secretarias.

Os servidores das fundações ficaram de fora. Que absurdo! Nós temos 16 fundações com funcionários, com servidores e servidoras importantes que realizam trabalho estratégico para o funcionamento, o atendimento da nossa população.

Esses segmentos das fundações ficaram de fora do PLC 102. São várias as contradições; eu elenquei aqui. Esse projeto de lei traz na sua justificativa a questão do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas eu quero lembrar que o governo vai investir no máximo 37% do que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na verdade, muito longe de atingir o limite de alerta, o limite prudencial e o limite máximo, muito distante. Porque olhe só, eu tenho aqui os limites. O limite de alerta, que seria o primeiro, é de 44,10 por cento. O prudencial, que ele poderia chegar no prudencial também, seria de 46,50%, e o máximo seria de 49 por cento.

O governo Tarcísio está longe disso, está ainda em 37 por cento. Então ele tem margem sim para canalizar recursos para a valorização de todos os servidores do estado de São Paulo. Nós vamos logicamente apresentar emendas corrigindo todas essas injustiças desse PLC.

Espero que a base do governo que uso aqui a tribuna, os microfones, para falar que defende os servidores, que agora vote nas emendas que nós vamos apresentar ou que eles próprios possam apresentar corrigindo todas essas injustiças desse projeto que não atende as necessidades dos nossos servidores.

O governador apresentou um projeto inicialmente da Segurança Pública dando um reajuste maior do que esse para os servidores da Segurança Pública - e eles merecem, merecem mais até. Porém, está cometendo uma injustiça com os servidores das outras secretarias, sobretudo da Educação, da Saúde.

Está marginalizando esses segmentos importantes da nossa sociedade. E mesmo na Segurança Pública, cometeu várias injustiças com várias classes, com vários segmentos da própria Segurança Pública, com os servidores sobretudo do sistema prisional.

Esses foram marginalizados porque nós já aprovamos a PEC da Polícia Penal e eles ficaram de fora daquele reajuste. Deveriam estar lá. Não foram contemplados lá e estão aqui nos seis por cento. Um absurdo! Então nós vamos reagir a isso apresentando emendas, mobilizando os servidores.

As entidades representativas dos servidores já estão fazendo o estudo do projeto, preparando também sugestões de emendas e nós vamos fazer amplas mobilizações em todo o estado de São Paulo e, sobretudo, aqui na Assembleia Legislativa para reverter esse índice insuficiente, que está muito aquém de atender minimamente a reposição das perdas inflacionárias do funcionalismo público estadual.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Obrigada, deputado Carlos Giannazi. E seguindo a lista de inscritos, deputado Eduardo Suplicy. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Deputada Paula da Bancada Feminista, que hoje preside a nossa sessão, quero agradecer a sua presença na sessão há pouco realizada de nossa audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e da Cidadania, da Participação, das Questões Sociais.

E nós tivemos uma audiência muito significativa, que contou com a colaboração, os depoimentos, de três pessoas especialmente convidadas que deram uma contribuição muito

significativa, a começar pela Dra. Daniela Ruy, que se encontra aqui na galeria, presidenta, que assistiu à sua fala.

Ela é professora de Antropologia da Unicamp, autora do livro "Nas Tramas do Crack". Lá estiveram também o Dr. Marcelo Ribeiro, médico psiquiatra que foi diretor do Cratod por dez anos, de 2013 até 2023. Tivemos também a presença do deputado Guto Zacarias e minha própria, que presidi a sessão. Nessa audiência nós muito aprendemos com a complexidade desse extraordinário problema, que preocupa tanto a cidade de São Paulo como a Câmara Municipal de São Paulo e a Assembleia Legislativa.

É importante dizer que o objetivo dos nossos trabalhos é nos aprofundar sobre todos os temas que atravessam a chamada região conhecida como Cracolândia. É fundamental que possamos escutar sobre as diversas temáticas que constituem as cenas abertas de uso de drogas.

Nossos convidados trouxeram as questões sobre saúde, vulnerabilidade, tratamento, o que está previsto no Art. 196 da nossa Constituição. As cenas abertas de uso de drogas têm ocorrido em diferentes regiões da cidade e temos relatos de algumas cidades do interior onde isso também acontece. É preciso entender que essas cenas são resultado de um compilado de problemas sociais estruturais da nossa sociedade.

Isso atinge todas as pessoas, não apenas aquelas que frequentam as cenas, como sobretudo as que moram e trabalham nesses territórios, sejam os comerciantes, os proprietários de bares, de lojas as mais diversas.

Quando aqui nos debruçamos para promover políticas públicas para a população que se encontra em extrema vulnerabilidade, é também o caminho para solucionar o problema de todos os que vivem e convivem com essa realidade.

Eis por que é importante pensar políticas que poderiam contribuir para suas vidas e, assim, modificar a relação delas com a cidade. Por toda a minha experiência, pois tenho acompanhado essa temática, entendo que pensar os problemas em torno do território é perceber como as políticas de assistência social, segurança pública, habitação, direito à cidade e promoção da seguridade social são fundamentais para a elaboração de saída segura e contínua para o problema.

Quero dizer que esta audiência teve a presença de muitos cidadãos, das mais diversas áreas, e contou praticamente com cerca de vinte pessoas, que se inscreveram para formular questões para os três convidados especiais, e formularam assim suas impressões.

Então, querida Daniela Ruy, eu agradeço muito a sua disposição de colaborar conosco sobre como resolver a problemática tão séria da Cracolândia.

Eu tenho a convicção de que o dia que for implantada a renda básica de cidadania de maneira universal e incondicional, nós teremos dado um passo muito significativo para resolver essa problemática porque as pessoas tão carentes, como os moradores em situação de rua, estarão vivendo com uma possibilidade de condições de vida com dignidade, e cada um podendo escolher melhor a sua atividade profissional produtiva.

Então, muito obrigado à Dra. Daniela Ruy de estar aqui assistindo a essa minha palavra, e a todos que colaboraram com a reunião de hoje. Um abraço, um beijo.

A SRA. PRESIDENTE - PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Muito obrigada, deputado Eduardo Suplicy.

Seguindo a lista de oradores inscritos, deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputada Solange Freitas. (Pausa.) Deputado Simão Pedro.

Tem V.Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Deputada Paula da Bancada Feminista, que preside esta sessão; nobre deputado Suplicy, deputado Reis, todos os que nos acompanham nesta tarde de quinta-feira, início do inverno, para debatermos aqui, trocamos opiniões sobre vários assuntos.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

* * *

Sra. Presidente, queria fazer uma comunicação nesse meu discurso em relação à visita que fiz a Brasília na terça-feira. Foi participar de uma audiência, Sr. Presidente Reis, junto com o deputado Eduardo Suplicy com a ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal.

Nós fomos a uma audiência marcada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, e nós fomos reforçar uma solicitação que a nossa bancada do PT fez à ministra recentemente, através de um ofício que protocolamos pela internet, mas o deputado Suplicy levou pessoalmente esse ofício com as assinaturas da nossa bancada.

São assinaturas solicitando que a ministra dê uma liminar suspendendo as operações que o Itesp está fazendo de venda das terras públicas do estado de São Paulo, as terras devolutas, principalmente as do Pontal do Paranapanema, com o argumento de que está regularizando, fazendo regularização fundiária.

Mas, na verdade, está entregando as grandes áreas invadidas, grilladas por fazendeiros, no passado, que hoje lá criam gado, plantam cana, com grande agronegócio, terras essas que deveriam ser arrecadadas para a reforma agrária para assentar pessoas.

Qual o argumento que nós levamos para a ministra, que foi muito sensível, que ouviu com atenção os argumentos do deputado Suplicy, os argumentos do ministro Paulo Teixeira que informou que no Brasil são 55 mil famílias esperando uma oportunidade, cadastradas, esperando uma oportunidade de serem assentadas em programa de reforma agrária, ter acesso à terra para poder trabalhar, produzir alimentos, criar as famílias com dignidade, dar um futuro muito nobre, que é produzir alimentos para o nosso país.

O Paulo Teixeira argumentou que esta lei, que a Assembleia Legislativa aprovou ano passado por iniciativa dos governos Doria e Rodrigo Garcia, e aplicada agora com a celeridade muito grande pelo governo Tarcísio, Paulo Teixeira argumentou que aquela região do Pontal, região que tem um grande estoque de terras que poderiam contemplar milhares de famílias, como se fez nesses 30 anos passados, e essas famílias terão, então, menos oportunidades.

Nós, eu e o deputado Suplicy, explicamos para a ministra que, diferente do governo Montoro, Mário Covas e Alckmin, que trocavam terra por terra em acordos lá na região para legalizar e tirar o litígio, a briga judicial, ou seja, o fazendeiro, então pretendo proprietário, apresentava a sua terra, o Governo do Estado reivindicava metade ou uma porção dessas terras e se fazia o acordo.

Com isso, assentaram-se cinco mil famílias naquela região, que hoje estão produzindo mandioca, frutas, legumes, verduras, alimentos. E é uma região muito desenvolvida e que tende a se desenvolver muito mais.

Agora, a proposta do governador é vender essas terras, e o fazendeiro paga 10% do valor da terra sua, nem do valor de mercado daquelas terras, e o fazendeiro paga em dez anos. Então é uma verdadeira entrega, deputado Suplicy.

Então nós esperamos com expectativa. A ministra pediu para a gente ter paciência, que ela está formulando o voto dela.

Ela espera aprovar o mérito do projeto, o mérito do assunto no Supremo e, assim, cessa essa lei aqui, no estado de São Paulo, que é inconstitucional, porque é uma lei anti-reforma agrária, uma lei que vai na contramão do que a Constituição, a nossa legislação apregooou, que terras públicas devolutas têm que ter essa finalidade principal de assentar famílias para a